



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

13265 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT03 - Movimentos Sociais, Sujeitos e Processos Educativos

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) E SUA MEMÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO (1912-1916)

Valdemir Luís dos Santos Hoffmann - UNIPLAC - Universidade do Planalto Catarinense

Josilaine Antunes Pereira - UNIPLAC - Universidade do Planalto Catarinense

Agência e/ou Instituição Financiadora: UNIEDU: Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) E SUA MEMÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO (1912-1916)

Resumo: O presente trabalho apresenta como objetivo reconhecer a memória da Guerra do Contestado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A pesquisa é um trabalho em andamento inserido no Programa de Pós Graduação em educação (PPGE) da Universidade do Planalto Catarinense – UNIPLAC. Trata-se de um estudo temático de abordagem qualitativa que procura identificar a memória da Guerra do Contestado presente na práxis do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), na região do Planalto Catarinense, estado de Santa Catarina. A pesquisa irá se estribar em referencial teórico que sustente a empiricidade da pesquisa. Contribuem para isto; Caldart (2001), Machado (2004), Freire (2016), Gohn (1997), Grespan (2021), entre outros. Através de entrevista semiestruturada teremos elementos para fazer a análise e constatar, ou não, a presença da memória da Guerra do Contestado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Palavras-chave: Memória, História, Guerra do Contestado, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, Práxis.

INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo é identificar a memória da Guerra do Contestado (1912-1916) presente no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) da região do Planalto Catarinense no Estado de Santa Catarina. Cabe ressaltar que o *locus* da pesquisa de mestrado, que está em andamento, é apenas parte do palco desse conflito marcante do início do Brasil republicano, que entre seus vários motivos também é fruto de uma primeira investida do imperialismo estadunidense por meio da concessão de terras a Brazil Railway Company e a Southern Brazil Lumber & Colonization Company. “Esse truste era administrado, no país, por Percival Farquhar” (QUEIROZ, 1977, p.69).

Essas empresas foram responsáveis pela construção de uma estrada de ferro que ligaria o estado de São Paulo ao estado do Rio Grande do Sul e obteve no acordo com o governo o direito de desmatar e colonizar o equivalente a 15 quilômetros de cada lado da ferrovia (QUEIROZ, 1977). Tanto durante a Guerra, quanto logo após o término do conflito, o resultado foi uma dispersão humana que se estendeu alhures das terras concedidas pelo governo brasileiro à referida empresa estrangeira (MACHADO, 2004).

Para esta pesquisa partimos do princípio que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), do Planalto Catarinense, traz consigo a marca de uma luta pela terra que se integra – com rupturas e continuidades – à uma memória oriunda do legado da Guerra do Contestado ocorrido no início do século XX.

LÓCUS E METODOLOGIA DA PESQUISA

Para dar andamento a este estudo procuraremos reconhecer a memória da Guerra do Contestado presente no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) da região do Planalto Catarinense, estado de Santa Catarina. Essa pesquisa se ancora enquanto método de análise no materialismo histórico dialético. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que irá se estribar em referencial teórico procurando sustentar a empiricidade da pesquisa. Contribuem para isto Caldart (2001), Machado (2004), Freire (2016), Gohn (1997), Grespan (2021), entre outros.

Nos dias atuais é possível observar em alguns assentamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) nomes que lembram e parecem procurar uma identificação com fatos oriundos das lutas do campo e pelo direito a terra: no Planalto Catarinense, no município de São Cristóvão do Sul- SC, temos o assentamento Filhos do Contestado; no Município de Curitiba- SC, temos o assentamento Herdeiros do Contestado. Como trata-se de uma pesquisa em andamento, partimos do princípio que esses nomes não ocorreram de forma aleatória e, sim, procuram uma ligação com o fato. Portanto, é neste locus que encontraremos nossos sujeitos da pesquisa. Para dar conta dos objetivos desta pesquisa optamos pelo estudo de caso, usando como instrumento de coleta de dados entrevista

semiestruturada. “Podemos entender por entrevista semi-estruturada aquela que parte de certos questionamentos básicos [...] que oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante” (TRIVIÑOS, 2013, p.146).

A Memória e a História não tratam meramente do tempo cronológico e sim das análises de subjetividades, da práxis e das interferências do meio social no cotidiano humano. Compreender os fatos históricos e suas contradições nos faz compreender a realidade a que estamos imersos e como esta realidade foi construída pela humanidade (GRESPLAN, 2021).

A Guerra do Contestado (1912-1916) é um fato pouco falado pela população do Planalto Catarinense, tampouco dos conteúdos escolares. Quando muito vemos uma página nos livros didáticos de História na educação básica. Processos de esquecimento devem ser questionados (RICOEUR, 2008; POLLAK, 1989).

DISCUSSÕES

O estado de Santa Catarina, bem como as várias regiões do Brasil, foi marcado por oligarquias que exerciam o poder e o controle político local. Essas oligarquias em nada se beneficiariam com a permanência da Guerra do Contestado enquanto lembrança de uma revolta popular de classes desfavorecidas. O sertanejo, desprovido de riquezas e poder, foi relegado a um plano de esquecimento por parte dessas oligarquias locais.

O governo brasileiro e o governo do estado de Santa Catarina, adeptos dos ideais positivistas em pleno início da república brasileira, viam na chegada de uma empresa estrangeira e na exploração das terras sul brasileiras o passo rumo ao “progresso”. Sendo assim, qualquer ideia ou obstáculo atravessando este caminho era visto como uma subversão antirrepublicana e contrária ao “progresso” da nação. Vários foram os motivos que levaram a tentativas de apagamento deste conflito emblemático na história sul brasileira. Existe uma fronteira entre o “dito” e o “não-dito”, o que se pode e o que não se pode confessar, é isto que separa uma memória coletiva subterrânea, de determinados grupos, daquela memória coletiva organizada conforme uma sociedade majoritária e dominante deseja passar e impor (POLLAK, 1989).

Caldart (2000), se referindo ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), afirma que a raiz do campesinato liga-se a dimensões das lutas sociais do campo, herança pessoal de boa parte dos integrantes do movimento, o cotidiano camponês compõe-se de elementos de conservação e também rebeldia social. Para Maria da Glória Gohn, “Movimentos sociais são ações sociopolíticas construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais articuladas segundo uma identidade de interesses comuns amalgamada pela força do princípio da solidariedade” (GOHN, 1997, p.11).

CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Em que pese as precipitações da pesquisa, a memória enquanto testemunha do passado tem o papel preponderante no presente, seja para atender interesses desse presente, seja para reparar e não permitir que erros e injustiças se repitam. “A memória é um bem comum, um dever e uma necessidade jurídica, moral e política.” (SARLO, 2007, p. 47).

A Guerra do Contestado (1912-1916) foi mais um dos fatos da história brasileira que contribuiu para uma gama de excluídos da terra, injustiçados e jogados na desigualdade das classes. O objetivo deste trabalho centra-se em identificar a memória da Guerra do Contestado, enquanto fato passado e o refletir deste passado no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), enquanto momento presente. Ir além significa pretender que este trabalho cause reflexões que contribuam para uma luta por direitos que ultrapassem a mera visão deturpada que ainda se faz presente em muitos e muitas sobre os movimentos sociais. “A práxis [...] é reflexão e ação dos homens [e mulheres] sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição opressor-oprimidos” (FREIRE, 2015, p. 52).

É a partir de uma concepção dialética que conseguiremos elementos que elucidam e dão a compreensão dos impactos gerados que nos chegam de legado. Negar o passado é condenar o presente a incompreensão. Os movimentos sociais de hoje tem suas raízes fincadas no passado de um Brasil que traz em sua história a desigualdade, a opressão, a negação de todo direito que se possa imaginar. A “superação exige a inserção crítica dos oprimidos na realidade opressora” (FREIRE, 2015, p. 53). Sem esgotar o assunto encerramos com as palavras de Freire: “Esperançar é preciso”.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**: escola é mais do que escola. Petrópolis: Vozes, 2000. 276 p.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015. 253 p.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos, ONGs e lutas sociais no Brasil nos anos 90**. In: Os sem terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização. São Paulo, Cortez, 1997. 172p.

GRESPLAN, Jorge. **Marx**: Uma Introdução. São Paulo: Boitempo, 2021. 104 p.

MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado**: a formação e a atuação das lideranças caboclas (1912-1916). Campinas, Sp: Unicamp, 2004. 397 p.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte,: Ufmg, 2007. 129 p. Tradução de Rosa Freire d'Águilar.

POLLAK, Michael. **Memória, Esquecimento, Silêncio**. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, RJ, v. 02. n. 3, 1989, p.3-15. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417> Acesso 23 de novembro de 2022.

QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e Conflito Social**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1977. 325 p.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: ed. UNICAMP, 2008.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2013. 175 p.